

Relatório de Participação no IGF 2017 - Genebra - 17 a 21/12/2017

Luiz Carlos de Azevedo

O Fórum de Governança da Internet (Internet Governance Forum – IGF) de 2017 ocorreu entre os dias 17 e 21 de dezembro na cidade de Genebra, na Suíça.

O evento ocorreu nas dependências da Organização das Nações Unidas (ONU) e contou com a participação de mais de 2.000 pessoas de 142 países. Durante os cinco dias de evento foram realizadas 260 sessões de debates de temas relacionados a governança da internet.

Principais resultados das sessões de alto nível e das sessões principais realizadas no IGF 2017:

- Intervenções locais, impactos globais: como a cooperação internacional e multi-stakeholder aborda as interrupções da Internet, a criptografia e os fluxos de dados
- Moldando nossa futura governança global digital
- O impacto da digitalização sobre política, confiança pública e democracia
- Empoderando a cooperação global em segurança cibernética para o desenvolvimento sustentável e a paz
- Dynamic Coalitions: Contribua para o futuro digital
- NRIs Perspectivas: direitos digitais on-line
- Inclusão de gênero e futuro da internet
- Transformação digital: como formamos seus impactos socioeconômicos e trabalhistas para o bem?

Intervenções locais, impactos globais: como a cooperação internacional e multi-stakeholder aborda as interrupções da Internet, a criptografia e os fluxos de dados

Embora haja uma crescente conscientização sobre os potenciais impactos não intencionais dos desligamentos da Internet, eles continuam a acontecer em todo o mundo. Os desligamentos podem afetar o exercício dos direitos dos cidadãos, com implicações econômicas e podem levar à fragmentação da Internet (como muitas vezes eles têm efeitos transfronteiriços).

As motivações por trás dos desligamentos da Internet variam e até podem ser legítimos, mas às vezes o bloqueio é usado para resolver problemas que poderiam ser resolvidos usando a própria Internet. É importante ter um processo que assegure: transparência, supervisão adequada e mecanismos de reparação.

A criptografia ajuda a promover a segurança pública e permite uma melhor proteção dos direitos dos usuários (como os ativistas, jornalistas e minorias). Não deve ser visto como uma ameaça de segurança padrão. Os países que consideram as proibições de criptografia devem entender as limitações e os impactos dessa proibição (por exemplo, efeitos transfronteiriços minando a segurança dos cidadãos, desafiando os direitos de grupos ou minorias e determinando que as empresas se mudem para outras

jurisdições onde tais proibições não existem). As ferramentas desenvolvidas ou empregadas para prejudicar a criptografia podem estar nas mãos de pessoas com fins ilegais ou criminosos. Os governos e a indústria devem cooperar e as vulnerabilidades identificadas em criptografia / produtos criptografados devem ser reportadas aos fornecedores.

As partes interessadas devem trabalhar em conjunto para alcançar um equilíbrio adequado entre os interesses dos cidadãos e das entidades para garantir seus dados e as necessidades dos órgãos e da aplicação da lei, sem prejudicar os fundamentos da tecnologia.

Os dados são um ativo importante na era digital, devido aos seus múltiplos usos. À medida que governos e empresas privadas coletam e processam grandes quantidades de dados, há necessidade de maior transparência e responsabilidade nesses processos. Os usuários devem ser educados sobre como seus dados podem ser usados e como protegê-lo.

A economia digital depende do fluxo livre de dados, mas isso deve ser equilibrado com a proteção de dados. Governos, empresas privadas e sociedade civil devem trabalhar juntas em conceitos básicos de regras que permitem agregação de dados e fluxos, além de proteger a integridade dos dados e a privacidade dos indivíduos.

Moldando nossa futura governança global digital

Houve um amplo apoio à noção de que, à medida que a Internet e as tecnologias digitais continuam a evoluir, são necessários sistemas de governança digital melhor coordenados para maximizar as oportunidades oferecidas por essas tecnologias e enfrentar os desafios que trazem. Como esses sistemas poderiam ou deveriam parecer, e sobre o que eles devem se concentrar, continua sendo um problema a ser discutido mais adiante.

Que a governança digital efetiva se adapta e responde às necessidades dos cidadãos globais, foi compartilhada por todos os participantes. Mas quais são essas necessidades? Alguns destacam como áreas prioritárias que superam a divisão digital (em suas múltiplas dimensões), promovendo a alfabetização digital e apoiando o desenvolvimento da economia digital. Outros enfatizaram que as estruturas de governança precisam se concentrar em aumentar a confiança nas tecnologias digitais, garantindo a segurança e criando estabilidade e previsibilidade no ciberespaço.

A noção de que a futura governança global digital ideal deve ser baseada em valores, inclusiva, aberta e transparente, ganhou força ao longo do debate. Embora seja desafiador determinar valores que podem ser compartilhados por todos os grupos de interesses e, a nível global, houve um entendimento comum de que os principais valores da Internet são e precisam permanecer centrados no ser humano.

No que diz respeito ao modelo de governança, houve amplo apoio à abordagem multipartite e um envolvimento mais ativo de todas as partes interessadas na identificação e implementação de soluções baseadas em consenso para questões de políticas digitais. Foi sublinhado que os desafios do mundo digital também precisam ser abordados por governos e organizações intergovernamentais, através de leis e regulamentos.

Sobre a adequação de um tratado ou convenção internacional para enfrentar desafios como o cibercrime e a segurança cibernética, alguns expressaram a opinião de que poderia ser muito cedo para considerar essa opção - sem excluí-la como uma opção para o futuro -, enquanto outras consideraram que um tratado intergovernamental não é uma solução adequada para enfrentar os desafios que afetam todas as partes interessadas e para o qual todas devem ter papéis e responsabilidades.

O IGF, como um processo multi-stakeholder e inclusivo, foi amplamente apoiado como uma plataforma importante que permite aos interessados refletir criticamente sobre os processos de governança digital existentes e contribuir para a formação de processos futuros.

O impacto da digitalização sobre política, confiança pública e democracia

A digitalização pode capacitar os cidadãos, fortalecer as instituições e promover uma participação democrática e uma formulação de políticas mais inclusivas. Mas também pode levar à desordem da informação, à desconfiança pública e à manipulação da opinião pública. Houve um amplo apoio à ideia de que devemos evitar focar excessivamente nos riscos e, em vez disso, colocar ênfase na maximização dos aspectos positivos da digitalização.

A confiança nas instituições públicas e nos processos de elaboração de políticas continua a ser motivo de preocupação, e a digitalização pode agir tanto como uma solução como como uma ameaça. Muitos enfatizaram que os princípios fundamentais - como responsabilidade, transparência, legitimidade e abertura - são necessários para consolidar ou restaurar a confiança. As tecnologias digitais podem ajudar a colocar esses princípios em prática.

Fake news continua a ser focada, mas muitos observaram que o termo é confuso, e a desinformação poderia ser usado em seu lugar. Embora o fenômeno não seja novo, ele agora tem um efeito mais amplo devido às tecnologias digitais. Havia diversos pontos de vista sobre os papéis e responsabilidades das partes interessadas. Alguns observaram que os governos são os principais responsáveis e devem investir na educação e na alfabetização mediática, em vez de construir novas instituições e políticas. Os governos foram convidados a abster-se de regulamentação de conteúdo e censura. Alguns foram favoráveis à responsabilidade intermediária e à necessidade de regulamentação a este respeito, enquanto outros argumentaram que as plataformas não podem ser as únicas responsáveis por contrariar a desinformação.

Houve acordo geral sobre o papel crucial que a educação e a alfabetização têm para equipar os indivíduos com uma mente crítica e a capacidade de fazer escolhas e distinguir informações confiáveis de informações erradas e/ou manipuladas.

Embora reconhecendo a importância da educação, foram propostos vários outros remédios para enfrentar os desafios da desinformação no espaço digital: fortalecer o jornalismo de qualidade, reequilibrar a relação entre mídia tradicional e nova, verificar factos e fornecer histórias positivas alternativas.

Finalmente, foi amplamente acordado que a cooperação entre as partes interessadas é fundamental para garantir que nós, como sociedade, usemos o espaço digital com a melhor das nossas habilidades. Enquanto o futuro digital é caracterizado por

incertezas e enfrentar o desconhecido é um desafio, confiar em princípios de longo prazo (como responsabilidade e transparência) combinado com a flexibilidade na implementação e na busca de soluções sob medida para enfrentar novos desafios seria o caminho mais adequado.

Empoderando a cooperação global em segurança cibernética para o desenvolvimento sustentável e a paz

A segurança cibernética e a preservação de um ciberespaço seguro e confiável são elementos essenciais na via do desenvolvimento sustentável. Alguns apontaram que os países têm diferentes níveis de preparação para lidar com ameaças cibernéticas e riscos cibernéticos, e é necessário concentrar mais esforços nas medidas de capacitação. É importante que os países tenham instituições, estratégias e políticas para enfrentar questões de segurança cibernética, mas o desenvolvimento de capacidades também deve se concentrar em indivíduos.

A segurança cibernética não pode ser alcançada por um grupo de partes interessadas por conta própria e todas as partes interessadas têm funções e responsabilidades. Os participantes advertiram que as abordagens manchadas podem levar a medidas ineficazes e contraproducentes, a cooperação entre as partes interessadas precisa ser reforçada. Essa cooperação traz desafios, uma delas relacionada ao fato de que não existe uma definição universalmente acordada de segurança cibernética. Assim, uma cultura global de segurança cibernética pode ajudar a melhorar a compreensão mútua entre as partes interessadas sobre o que, quando, como pode ser feito para garantir um ciberespaço aberto, seguro, estável e acessível.

Embora existisse um amplo consenso de que o direito internacional se aplica ao ciberespaço, foram feitas chamadas para mais esforços para esclarecer como ele se aplica e para identificar se pode haver lacunas em algumas áreas que o direito internacional não cobre.

Os participantes compartilharam a visão de que o ciberespaço deveria ser um lugar para paz, estabilidade e prosperidade. A cooperação internacional entre os Estados, alguns sugeridos no âmbito da ONU, poderia contribuir para evitar uma corrida de armamentos cibernéticos e a militarização do ciberespaço.

Muitos concordaram que as normas existentes relacionadas ao comportamento do Estado responsável no ciberespaço - embora não vinculativas - podem contribuir significativamente para melhorar a segurança cibernética e estabilidade. Foram feitas chamadas para mais conscientização sobre essas normas e mais esforços para melhorar sua implementação voluntária.

Enquanto alguns pediam novos tratados ou convenções internacionais para codificar regras, normas e princípios para a segurança cibernética e comportamento do Estado responsável, outros consideravam isso prematuro e pediam a primeira identificação de quais poderiam ser os mecanismos que permitiriam o engajamento significativo de todas as partes interessadas no desenvolvimento de regras. Além disso, foram levantadas questões sobre a implementação e a efetividade reais de qualquer eventual acordo internacional futuro, considerando que ainda há falta de clareza sobre como o direito internacional existente se aplica ao uso de tecnologias digitais por governos.

Dynamic Coalitions: Contribua para o futuro digital!

Os pontos a seguir são levantados por Dynamic Coalitions, durante a apresentação de seus trabalhos. Eles refletem as opiniões dos DCs.

A divisão digital continua a ser uma preocupação em todo o mundo e exige ações em várias áreas, desde a construção de infraestruturas, até capacitação de indivíduos e comunidades para fazer uso significativo da Internet. As redes comunitárias são um exemplo de uma abordagem tão multidisciplinar: a construção de infraestruturas físicas é complementada pela capacitação das comunidades para se beneficiar das oportunidades digitais. As bibliotecas públicas também têm um papel importante a desempenhar na melhoria do acesso, especialmente nos países em desenvolvimento.

O princípio do design universal no desenvolvimento de tecnologias deve ser visto como um requisito para melhorar a acessibilidade, inclusive para pessoas com deficiência. As medidas são implementadas em todo o mundo, e é importante coletar dados sobre o que funciona e o que não funciona, para colaborar na formulação de políticas.

Direitos, princípios e valores de Internet tem abrangência em várias dimensões. Os valores fundamentais da Internet são de natureza técnica e se referem à Internet como uma rede global, interoperável, aberta, descentralizada, centrada no usuário, robusta e confiável. Além desses valores, os direitos dos usuários precisam ser protegidos on-line. Por exemplo, os direitos de privacidade e proteção de dados continuam a ser uma grande preocupação, e princípios como a privacidade por projeto e o consentimento por projeto podem contribuir para melhor preservá-los. Os direitos das crianças e de gêneros também são importantes, e sua implementação requer tanto alfabetização digital quanto proteção contra danos e violência online.

As políticas de controle de conteúdo que as plataformas implementam a pedido dos governos podem desafiar os direitos dos usuários. Para evitar plataformas que se tornem reguladoras, as soluções podem incluir correção e auto regulação, com os governos mantendo uma supervisão adequada dos processos. No que diz respeito à neutralidade de rede e à classificação zero, foi apontado que existem diferentes práticas e políticas em todo o mundo, e parece que os planos de classificação zero são mais comuns em países sem regulamentos da neutralidade de rede, enquanto outros serviços parecem ser de zero em um nível global.

À medida que as tecnologias continuam a desenvolver, novos desafios precisam ser abordados. O Blockchain pode melhorar a segurança dos dados e a estabilidade dos sistemas, mas também levanta questões de jurisdição e governança. No caso da Internet das Coisas, o desenvolvimento de uma estrutura de responsabilidade e transparência é necessário para orientar sua evolução de forma responsável. A transparência também é importante no contexto das negociações comerciais internacionais, uma vez que os governos precisam manter os cidadãos informados e permitir que contribuam com comentários nos processos.

NRI's Perspectivas: direitos digitais on-line

Foi amplamente suportado o ponto de vista de que os direitos que as pessoas que estão off-line também devem ser protegidos on-line. Direitos como a privacidade, proteção de dados e liberdade de expressão são igualmente importantes no espaço digital como estão no mundo físico. Alguns apontaram que não pode haver uma compreensão uniforme desses direitos e que a aplicação de direitos pode variar de país para país.

Enquanto que algum acesso à Internet deve ser considerado como um direito dos cidadãos, outros observaram que o acesso é mais uma necessidade do que um direito. Geralmente, foi apoiado que o acesso à Internet é um elemento importante para o desenvolvimento e o crescimento. Por esse motivo, muitos observaram que deveriam ser feitos mais esforços para reduzir a divisão digital.

Muitos indicaram que a Internet lhes permite exercer seus direitos digitais e pediu mais educação, alfabetização digital e conscientização sobre direitos digitais e maneiras de exercitá-los e protegê-los.

Alguns recomendaram que a proteção dos direitos digitais fosse incorporada em uma abordagem inclusiva que também atenda às necessidades e direitos de grupos e comunidades vulneráveis - como crianças, mulheres, minorias de gênero, pessoas com deficiência.

Outros desafios e limitações mencionados durante a sessão foram: paradas na Internet; transparência limitada em como alguns intermediários da Internet processam dados pessoais ou lidam com políticas de controle de conteúdo; autocensura individual causada por atividades como vigilância; tendências para trocar os direitos uns contra os outros; e a falta de marcos jurídicos efetivos a nível nacional, ou recursos insuficientes para implementá-los.

Esperava-se que novas tecnologias baseadas em dados, como a Internet das Coisas e a Inteligência Artificial, tenham impactos positivos e negativos sobre os direitos dos cidadãos. As soluções sugeridas para maximizar as oportunidades e minimizar os riscos incluem a adoção de padrões e princípios em questões como segurança e privacidade, ética e responsabilidade.

Houve uma ampla confiança de que os processos de múltiplos interessados poderiam ser eficazes no enfrentamento de desafios relacionados aos direitos digitais. Observou-se que devem ser envidados mais esforços para fortalecer o engajamento das partes interessadas e capacitá-los a fazer contribuições significativas.

Inclusão de gênero e futuro da internet

Reconheceu fortemente o significado da primeira sessão principal sobre gênero no IGF e sua importância em abordar isso como uma questão integral e transversal. O gênero deve ser entendido através da lente da interseccionalidade, que integra a diversidade, inclusive em locais urbanos / rurais, poder econômico e orientação sexual e identidades de gênero, e que deve ser dada especial atenção às questões de subgrupos de gênero (por exemplo, mulheres rurais, meninas, mulheres em campos de refugiados, LGBTQI).

Houve apoio geral de que a divisão digital de gênero ainda é uma realidade que se manifesta em múltiplas dimensões. Os esforços para permitir que mulheres e meninas acessem as infraestruturas e as tecnologias digitais devem ser complementados com a criação de alfabetização digital, permitindo o uso significativo de tecnologias, incentivando-os a se preparar para empregos em campos tecnológicos, permitindo que eles criem conteúdo relevante e valioso para seus vidas e contextos, bem como capacitá-los a contribuir para a governança da Internet e processos de políticas digitais. Alguns apontaram que a igualdade de gênero é também uma questão de cultura e normas, e que os estereótipos devem ser combatidos através da educação e da conscientização. O contexto foi enfatizado como um fator importante que afeta essa questão.

A divisão digital facilita a discriminação de mulheres e meninas e, como tal, é uma questão de direitos humanos que os estados devem abordar de acordo com os quadros internacionais de direitos humanos. A cooperação é fundamental, e também outras partes interessadas têm papéis críticos para desempenhar.

Diversos participantes disseram que a tecnologia não é neutra e que a diversidade de gênero deve ser levada em consideração quando as tecnologias são projetadas. Eles alertaram pelo impacto potencial das tecnologias baseadas em dados sobre os direitos digitais de gênero e apelaram para a ação multipartidária para evitar que algoritmos opacos e sistemas de aprendizado de máquina façam decisões de tendência de gênero.

A questão do abuso e da violência em linha baseado em gênero foi destacada como um desafio contínuo a ser abordado. Alguns alertaram que os estados e os intermediários da Internet, ao abordar o abuso e a violência em linha baseados em gênero, não devem fazê-lo através de um quadro protecionista, mas através do quadro dos direitos humanos. Isso inclui a necessidade de potencialmente equilibrar diferentes direitos e que os princípios de necessidade, proporcionalidade e transparência devem ser respeitados na medida em que limitam a liberdade de expressão.

O papel importante desempenhado pelos atores da sociedade civil no desenvolvimento de pesquisa e coordenação da colaboração para compreender questões chave e emergentes relacionadas ao gênero foi reconhecido, e os formuladores de políticas foram encorajados a se envolver e fazer parte de conversas honestas para desenvolver não só as políticas, mas os planos coordenados para alcançar resultados concretos. Muitos reconheceram os progressos realizados nos últimos anos para integrar os direitos das mulheres e as questões de gênero nos processos, mecanismos e estruturas de governança da Internet (incluindo o IGF). No entanto, considerou-se que a igualdade de gênero e a inclusão deveriam continuar sendo uma área prioritária. Uma abordagem multipartidária foi sublinhada como um modelo e abordagem importante nisso.

Transformação digital: como formamos seus impactos socioeconômicos e trabalhistas para o bem?

A mensagem subjacente da sessão foi que a digitalização traz benefícios à sociedade e promove o crescimento e o desenvolvimento, mas também vem com desafios. Para

colher esses benefícios e garantir que ninguém seja deixado para trás, são necessárias ações em várias áreas: garantir o acesso a infraestruturas e tecnologias digitais, desenvolver as capacidades de indivíduos e empresas para usar as tecnologias digitais e implementar políticas para apoiar a inovação e o crescimento.

O comércio eletrônico foi visto como um facilitador do comércio global, capacitando as empresas para alcançar os mercados internacionais. Mas as barreiras ainda existem. Alguns apontaram que este tempo específico é um ponto de inflexão historicamente importante em muitos significados, e também abordou a necessidade de atualizar as regras e procedimentos de comércio transfronteiriço, para atender melhor a era digital. Outros advertiram que é necessário o tempo para alcançar o consenso entre os países sobre como enfrentar melhor os desafios do comércio digital. Também foram chamados a abordar questões como limitações nos fluxos de dados transfronteiriços, bem como a privacidade dos dados e preocupações em relação à segurança.

Alguns comentaristas observaram que a automação e a inteligência artificial oferecem novas vias de desenvolvimento, e é importante garantir que as sociedades possam se adaptar e aproveitar as oportunidades. Outros focaram na necessidade de abordar os riscos associados a tais tecnologias, desde o viés e desequilíbrios na tomada de decisões algorítmicas, até interrupções no mercado de trabalho e na força de trabalho.

Alguns argumentaram que as sociedades e os indivíduos poderão se adaptar às mudanças trazidas pelas novas tecnologias, como foi o caso das revoluções industriais anteriores. Embora alguns postos de trabalho possam tornar-se obsoletos, as tecnologias podem desenvolver novos serviços e criar novos mercados e empregos. Outros alertaram que a revolução digital corre o risco de levar a profundas mudanças ocupacionais, lacunas nas proteções sociais e abusos dos direitos dos trabalhadores. Entre as soluções propostas, destacam-se: inclusão digital, políticas ativas de mercado de trabalho, proteção social e redes de segurança social e legislação adequada para regulamentar o comportamento das empresas.

Houve apoio geral para a visão de que educação e desenvolvimento de capacidades, especialmente para crianças, jovens e mulheres são fundamentais para garantir que a força de trabalho futura tenha as habilidades exigidas na nova economia. Foram feitas chamadas para mudanças no currículo geral e no processo de aprendizagem, para permitir que os indivíduos não só usem novas tecnologias, mas também possam desafiá-las.

Embora não seja possível prever a aparência de nosso futuro digital, foi dito que devemos adotar uma abordagem centrada no ser humano e baseada em ética para o desenvolvimento digital.